

Central Eólica Volta do Rio S.A.

**Demonstrações
financeiras em 31 de
dezembro de 2024
com Relatório do Auditor
Independente**

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
5. CONTAS A RECEBER	17
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	18
7. IMOBILIZADO	18
8. INTANGÍVEL.....	20
9. FORNECEDORES	22
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	22
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	22
12. PROVISÕES PARA RISCOS.....	25
13. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	27
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
15. RECEITA	30
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	31
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	31
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	32
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	34
20. COMPROMISSOS.....	38
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
PARECER DO CONSELHO FISCAL	42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R\$160.000 mil (R\$180.000 mil em 31 de dezembro de 2023), representado por 160.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (180.000.000 em 31 de dezembro de 2023), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia apresentou um lucro de R\$40.987 mil em 2024, comparado a um lucro de R\$37.162 mil em 2023, representando um aumento de 10,29%.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$82.051 mil em 2024, em comparação a R\$86.039 mil em 2023, representando uma redução de 4,64%, em decorrência da redução da energia gerada no exercício.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$8.554 mil em 2024, comparados a R\$8.945 mil em 2023.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$50.235 mil em 2024, em comparação a R\$50.315 mil em 2023, representando uma diminuição de 0,16%.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$1.410 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R\$7.971 mil em 2023. Tal variação se deve, principalmente, pela diminuição da renda de aplicações financeiras em 2024.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia apurou imposto de renda e contribuição social a recuperar no montante de R\$1.317 mil. Comparativamente, no mesmo período de 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$6.533 mil. Tal variação se deve ao benefício fiscal com a Sudene referente ao exercício de 2023, reconhecido em 2024.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o Lajida foi de R\$60.068 mil (R\$55.171 mil em 2023). A margem do Lajida foi de 73,21% em 2024 e 70,27% em 2023, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2024	2023	Var. %
Resultado do exercício	40.987	37.162	10,29
Amortização e depreciação	19.174	19.447	(1,40)
Resultado financeiro	(1.410)	(7.971)	(82,31)
Despesa de IR e CS	1.317	6.533	(79,84)
LAJIDA ⁽¹⁾	60.068	55.171	8,88

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$40.987 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.049 mil para constituição de reserva legal;
- R\$19.469 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.469 mil a título de dividendos adicionais propostos;

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.192	11.818
Títulos e valores mobiliários	4	17.177	25.524
Contas a receber	5	38.742	44.559
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.152	534
Despesas antecipadas		291	-
Outros ativos		672	220
TOTAL DO CIRCULANTE		70.226	82.655
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	6.479	-
Depósitos vinculados a litígios		10	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11b	7.507	9.895
Imobilizado	7	145.004	160.025
Intangível	8	2.848	2.681
Direito de Uso		143	189
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		161.991	172.800
ATIVO TOTAL		232.217	255.455

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	2.812	4.194
Dividendos a pagar	14	19.469	8.311
Impostos, taxas e contribuições	10a	471	3.424
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11a	-	6.202
Outros passivos		1.624	2.149
Provisões		-	375
Passivo de Arrendamento		62	59
TOTAL DO CIRCULANTE		24.438	24.714
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	18	843	843
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	592
Provisão para desmobilização de ativos	13	21.489	28.423
Provisões	12	1.862	1.118
Outros passivos		119	120
Passivo de Arrendamento		90	135
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		24.403	31.231
TOTAL DO PASSIVO		48.841	55.945
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
Capital social		160.000	180.000
Reserva de lucros		23.376	19.510
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		183.376	199.510
PASSIVO TOTAL		232.217	255.455

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	15	82.051	86.039
CUSTOS OPERACIONAIS	16		
Custos com energia elétrica		(5.587)	(5.203)
Custos de operação		(38.867)	(39.773)
		(44.454)	(44.976)
LUCRO BRUTO		37.597	41.063
DESPESAS	16		
Despesas gerais e administrativas		(4.399)	(4.307)
Outras despesas operacionais		(1.382)	(1.032)
Outras receitas		9.078	-
		3.297	(5.339)
Resultado antes do resultado financeiro		40.894	35.724
Receitas financeiras	17	5.295	11.322
Despesas financeiras	17	(3.885)	(3.351)
		1.410	7.971
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		42.304	43.695
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	478	(15.672)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(1.795)	9.139
RESULTADO DO EXERCÍCIO		40.987	37.162

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO PERÍODO	40.987	37.162
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	40.987	37.162

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	274.867	-	-	(26.367)		248.500
Redução de capital	(94.867)	-	-	26.367	-	(68.500)
Resultado do exercício	-	-	-	-	37.162	37.162
Destinação do resultado do exercício						-
Reserva legal	-	1.858	-	-	(1.858)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(8.311)	(8.311)
Dividendos adicionais	-	-	17.652	-	(17.652)	-
Dividendo intercalar	-	-	-	-	(9.341)	(9.341)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	180.000	1.858	17.652	-	-	199.510
Redução de capital	(20.000)	-	-	-	-	(20.000)
Aprovação de dividendos adicionais propostos 2023	-	-	(17.652)	-		(17.652)
Resultado do exercício	-	-	-	-	40.987	40.987
Reserva legal	-	2.049	-	-	(2.049)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(19.469)	(19.469)
Dividendos adicionais	-	-	19.469	-	(19.469)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	160.000	3.907	19.469	-	-	183.376

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	40.987	37.162
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 16)	19.118	19.402
Imposto de renda e contribuição social	1.317	6.533
Amortização do direito de uso	56	45
Renda de aplicação financeira	(5.022)	(10.453)
Provisões	15	28
Juros passivos de arrendamentos	(56)	-
Variação monetária - Desmobilização de ativos (Nota 13)	3.668	2.509
Reavaliação provisão para desmantelamento	(9.078)	-
	51.005	55.226
(Aumento) Redução de ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	5.817	(1.436)
Tributos compensáveis	(2.618)	534
Despesas antecipadas	(291)	1
Outros ativos	(406)	(183)
	2.502	(1.084)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(1.382)	(487)
Impostos, Taxas e Contribuições	(2.953)	335
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(740)	(3.983)
Provisões	369	1.493
Outros passivos	(571)	286
	(5.277)	(2.356)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	48.230	51.786
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.983)	(7.541)
Juros resgatados	4.532	9.702
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	47.779	53.947
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição ao imobilizado e intangível (Nota 7 e 8)	(5.788)	(15.735)
Aplicações em Títulos e Valores mobiliários	(71.645)	(85.537)
Resgate de Títulos e valores mobiliários	74.003	122.214
Depósitos vinculados	-	4.293
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.430)	25.235
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(25.963)	(9.341)
Arrendamentos pagos	(12)	(12)
Redução de capital	(20.000)	(68.500)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(45.975)	(77.853)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.626)	1.329
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	11.818	10.489
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	10.192	11.818
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.626)	1.329

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Volta do Rio, localizada no município de Acaraú (CE).

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução Aneel nº 660/2001. O início da operação comercial da Central Eólica Volta do Rio se deu em setembro/2010.

Em 20 de dezembro de 2018, a Central Eólica Volta do Rio S.A. passou a ser uma subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

O aproveitamento da Central Eólica Volta do Rio é de 42 MW de potência instalada, distribuídos em 28 aerogeradores, modelo IMPSA V-70 de 1,5 MW, com torres de 65 metros de altura. Toda a energia é comercializada por meio do PROINFA.

Em 2025, a Central Eólica Volta do Rio está com todos seus 28 aerogeradores em operação.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 08 de julho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 e 8 – Imobilizado e Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 12 – Provisões para riscos (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 13 – Provisão para desmobilização de ativos;
- Nota 19 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma	Principais alterações
<p>CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante</p>	<p>Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>Essas alterações não impactaram as políticas contábeis já adotadas pela Companhia.</p>
<p>CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)</p>	<p>As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p> <p>A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”</p>
<p>CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “<i>Sale and Leaseback</i>”</p>	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do IFRS 15 / CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 / CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p> <p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
<p>CPC 48 e IFRS 40– Classificação e mensuração de instrumentos financeiros</p>	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2026</p>
<p>IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</p>	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26/ IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	<p>01/01/2027</p>
<p>IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações</p>	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2027</p>

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.9 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

	Indexador	Taxa média a.a.% (1)	2024	2023
Contas bancárias			2.529	144
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB			-	47
Overnight	Pré-fixada	11,91% a 12,15 %	7.663	11.627
Total			10.192	11.818

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As **operações de overnight** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada, e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.% (1)	2024	2023
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB			-	2.437
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2%a112,0%	13.451	15.733
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Selic	12,41%a12,45%	3.486	7.094
Debêntures	TR+CDI	TR+1%a122,90%CDI	240	260
			17.177	25.524
Não circulante				
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2%a112,0%	6.479	-
			6.479	-
Total			23.656	25.524

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazos, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora.

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONTAS A RECEBER

	2024	2023
Ativo circulante		
Venda de energia faturada	10.183	12.247
Ajuste de energia (a)	28.559	32.312
Total do ativo	38.742	44.559

O ajuste de excedente de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada pela Eletrobras no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício e garantia de pagamento pela Eletrobrás de valor mínimo de faturamento mensal correspondente à 70% da energia contratada.

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 20.

	2024	2023
Energia gerada em MWh	124.513	129.950
Energia faturada em MWh	83.786	83.786
Ajuste de energia em MWh	40.727	46.164
Ajuste de energia em R\$ mil	28.559	32.312

Política contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A parcela não faturada refere-se ao ajuste de excedente de energia.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2024	2023
Circulante		
Cofins a recuperar	436	439
PIS/Pasep a recuperar	95	95
CSLL a recuperar	(896)	-
IRRF a recuperar	3.517	-
	3.152	534
Não circulante		
IRPJ	5.497	7.253
CSLL	2.010	2.642
	7.507	9.895
Total	10.659	10.429

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Imobilizado							
Móveis e utensílios	6,16	91	(85)	6	91	(80)	11
Máquinas e equipamentos (1)	5,47	368.069	(241.565)	126.504	366.976	(223.066)	143.910
Edificações	11,09	1.027	(230)	797	1.027	(116)	911
Veículos		111	(111)	-	111	(111)	-
Imobilizado em curso		17.697	-	17.697	15.193	-	15.193
Total do Imobilizado		386.995	(241.991)	145.004	383.398	(223.373)	160.025

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Baixa	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em Serviço								
Máquinas e equipamentos	366.976	-	(1.524)	2.617	368.069	1.093	(241.565)	126.504
Edificações	1.027	-	-	-	1.027	-	(230)	797
Móveis e utensílios	91	-	-	-	91	-	(85)	6
Veículos	111	-	-	-	111	-	(111)	-
Total	368.205	-	(1.524)	2.617	369.298	1.093	(241.991)	127.307
Imobilizado em Curso								
Máquinas e equipamentos	15.193	2.443	-	(2.617)	15.019	-	-	15.019
Outros	-	2.678	-	-	2.678	-	-	2.678
Total	15.193	5.121	-	(2.617)	17.697	-	-	17.697
Total do Imobilizado	383.398	5.121	(1.524)	-	386.995	1.093	(241.991)	145.004

	Valor bruto em 31/12/2022	Adição (A)	Baixa (B)	Transferência (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2023
Imobilizado								
Máquinas e equipamentos	363.329	-	-	3.647	366.976	3.647	(223.066)	(143.910)
Edificações	40	-	-	987	1.027	987	(116)	911
Móveis e utensílios	91	-	-	-	91	-	(80)	11
Veículos	111	-	-	-	111	-	(111)	-
Imobilizado em curso	5.917	13.910	-	(4.634)	15.193	9.276	-	15.193
Total do Imobilizado	369.488	13.910	-	-	383.398	13.910	(223.373)	160.025

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2024, a taxa média de depreciação anual foi de 5,49% (5,51% em 2023).

Política contábil

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

8. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização (%)	2024			2023		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em Serviço	8,33	3.333	(1.152)	2.181	3.295	(652)	2.643
Intangível em Curso	20,71	667	-	667	38	-	38
Total do Intangível		4.000	(1.152)	2.848	3.333	(652)	2.681

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Outros	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Deprec./ Amort. acumulada	Saldo em 31/12/2024
Intangível em Serviço								
Servidão	1.468	-	-	-	1.468	-	(610)	858
Intangíveis	1.865	-	-	-	1.865	-	(542)	1.323
Total	3.333				3.333	-	(1.152)	2.180
Intangível em curso								
Intangíveis	-	667	-	-	667	-	-	667
Total	-	667	-	-	667	-	-	667
Total do Intangível	3.333	667	-	-	4.000	-	(1.152)	2.848

	Valor bruto em 31/12/2022	Adição (A)	Baixa (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização acumulada	Saldo em 31/12/2023
Intangível								
Servidão	1.470	145	-	1.680	3.295	1.825	(652)	2.643
Licença de uso de software	38	-	-	-	38	-	-	38
Intangível em curso (1)	-	1.680	-	(1.680)	-	-	-	-
Total do Intangível	1.508	1.825	-	-	3.333	1.825	(652)	2.681

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2024, a taxa média de amortização anual foi de 15,20% (11,91% em 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Licença de operação

A Companhia, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, obteve a licença de operação da Volta do Rio. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental.

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A amortização é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

9. FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	592	443
Materiais e serviços	2.110	3.641
Outros	110	110
Total	2.812	4.194

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Circulante		
ICMS	-	3
Cofins	-	2.314
PIS/Pasep	-	501
INSS	445	442
Outros	26	164
	471	3.424

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de renda	-	4.484
Contribuição social	-	1.718
	-	6.202

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo Diferido	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de renda	5.498	7.253
Contribuição social	2.010	2.642
	7.508	9.895

Passivo Diferido	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de renda	-	435
Contribuição social	-	157
	-	592

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

c) Conciliação da despesa de Imposto de renda e contribuição social

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrado abaixo:

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	42.304	42.304
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(10.576)	(3.807)
Ajustes do Lucro Real		
Gratificação Administradores	38	-
Doação indedutível - Lei Roaunet - art. 18	242	242
Doações indedutíveis	242	242
Provisão Contingências	26	26
Impairment	(11)	(11)
Direito de uso	(79)	(79)
Arrendamento IFRS 16	3	3
Provisão para desmantelamento	3.668	3.668
Ativo desmantelamento	218	218
Realizações Contingências	(26)	(26)
Lucro Real	46.624	46.586
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.994	4.193
Adicional de IRPJ 10%	4.638	-
Incentivos fiscais	(7.042)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Despesa Total	4.590	4.193
Ajuste de ECF 2023	(6.965)	-
Corrente	(2.376)	4.193
Diferido	(950)	(342)

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(43.695)	(43.695)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(10.900)	(3.933)
Doação indedutível - Lei Roaunet - art. 18	(34)	(12)
Doações indedutíveis	(51)	(18)
Gratificação Administradores	(26)	-
Provisão para desmantelamento	0	0
Incentivos fiscais	270	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Despesa Efetiva	(10.740)	(3.963)
Alíquota Efetiva	25%	9%
Corrente	11.446	4.226
Diferido	(6.720)	(2.419)

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao CPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto no seguinte caso:

Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

12. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte dos seguintes processos judiciais e administrativos:

	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Provisões					
Outras	-	26	-	(26)	-
		26	-	(26)	-

Cíveis

Ainda, a Companhia está envolvida em ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$119 (R\$107 em 31 de dezembro de 2023).

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$244 (R\$249 em 31 de dezembro de 2023).

Outras

Geração Eólica da CE Volta do Rio

A Companhia e sua controlada Central Eólica Volta do Rio são réis de auto de infração proposto, em 2022, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/CE), que considerou que aterros, enrocamentos e torres para instalação de sistema de geração eólica da CE Volta do Rio estariam localizados em faixa de praia. Em razão disso, aplicou-se à Central Eólica Volta do Rio as penalidades de: (i) demolição e/ou remoção das construções, bem como dos equipamentos instalados, caso não sejam passíveis de regularização; (ii) multa mensal para cada metro quadrado impactado pelas instalações. A Companhia apresentou defesa da autuação e recurso administrativo. O montante da contingência foi estimado em R\$311.432 (R\$182.360 em 31 de dezembro de 2023) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

13. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução ANEEL 660/2001, a Volta do Rio está autorizada a operar até dezembro de 2031. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2022	1.959
Amortização	(218)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2023	1.741
Amortização	(1.524)
Remensuração (1)	(1.524)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2024	-

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.914
Variação monetária	2.509
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.423
Variação monetária	3.667
Remensuração	(10.602)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.489

A Companhia reavaliou a estimativa dos custos para desmobilização e realizou uma reversão de R\$10.602 no passivo. A parcela que excedeu ao montante reconhecido no ativo foi reconhecida como outras receitas nas Demonstrações dos Resultados.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$160.000 (R\$180.000 em 31 de dezembro de 2023), representado por 160.000.000 ações ordinárias (180.000.000 em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT. Em 6 de fevereiro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social da Companhia.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas

Reserva de Lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucro	2024	2023
Reserva Legal	3.907	1.858
Reserva de Retenção de Lucros	19.649	17.652
	23.376	19.510

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	40.987	37.162
Reserva Legal Constituída	(2.049)	(1.858)
	38.938	35.304
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 50%	19.469	17.652
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	19.469	8.311
Dividendos intermediários	-	9.341
Dividendos Adicionais Propostos	19.469	17.652
Total dos Dividendos	38.938	35.304

Destinação do resultado de 2024 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$40.987, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.049 para constituição de reserva legal;
- R\$19.469 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.469 a título de dividendos adicionais propostos;

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

d) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.304
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2023	(8.311)
Pagamento de dividendos adicionais propostos ref. 2023	(17.652)
Pagamento de dividendos intercalares ref. 2024	(9.341)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	19.469
Proposta de dividendos adicionais ref. 2024	19.469
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.938

15. RECEITA

	2024	2023
Venda de energia	90.605	94.984
Deduções à receita operacional (a)	(8.554)	(8.945)
Receita operacional líquida	82.051	86.039

(a) Deduções à receita operacional

	2024	2023
PIS/Pasep e Cofins correntes	(8.381)	(8.786)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(173)	(159)
Total das deduções	(8.554)	(8.945)

Política contábil

As receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

O ajuste de excedente de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano corrente. O fornecimento de energia é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente. A Companhia auferre receitas provenientes do fornecimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2024	2023
Encargos de uso da rede básica de transmissão	5.587	5.203
Total	5.587	5.203

Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal			2.374	2.320	-	-	2.374	2.320
Materiais	612	1.041	29	24	-	-	641	1.065
Serviços de Terceiros (c)	17.686	17.979	1.996	1.963	-	-	19.682	19.942
Depreciação	19.174	19.447			-	-	19.174	19.447
Outros custos/despesas	1.395	1.306	-	-	1.382	1.032	2.777	2.338
TOTAL	38.867	39.773	4.399	4.307	1.382	1.032	44.648	45.112

Outras receitas

	2024	2023
Reavaliação provisão para desmantelamento	9.078	-

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira – Equivalentes de caixa	4.734	10.351
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	447	447
Outras receitas financeiras	380	1.076
PASEP e COFINS incidente sobre as Rec.Financ.	(266)	(552)
	5.295	11.322
Despesas financeiras		
Varição monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(3.668)	(2.516)
Juros sobre Arrendamentos Pagos	(12)	(12)
Despesas custos ambientais	(152)	(36)
Outras despesas financeiras	(53)	(787)
	(3.885)	(3.351)
Resultado financeiro	1.410	7.971

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos e à variação monetária da provisão para desmobilização de ativos.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.596	1.187	-	-	(1.950)	(2.286)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(645)	-
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	610	359	-	-	(2.514)	(2.190)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Encargos de transmissão

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	10	8	-	-	(105)	(86)
Centroeste	-	-	-	-	-	-	(3)	(4)
Taesá	-	-	24	26	-	-	(294)	(289)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Notas de débito

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Centrais Eólicas Praias de Parajuru S.A.	-	-	843	843	-	-	-	-

A Companhia possui uma obrigação com a Centrais Eólicas Praias de Parajuru referente a reembolso de pagamentos de despesas realizados pela Centrais Eólicas Praias de Parajuru por serviços prestados pela WEG para a recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	19.469	8.311	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$19.469. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 14.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	7.663	11.628	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	17.177	25.524	-	-	649	1.093	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	6.479	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	143	121
Participação nos resultados	42	28
Previdência privada	13	11
Planos de saúde e odontológico	1	1
Total ⁽¹⁾	199	161

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as políticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Contas a receber de clientes	2	38.742	38.742	44.559	44.559
Títulos e valores mobiliários	2	6.479	6.479	-	-
		45.221	45.221	44.559	44.559
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	7.663	7.663	11.674	11.674
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	2.437	2.437
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	13.451	13.451	15.733	15.733
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	3.486	3.486	7.094	7.094
Debêntures		240	240	260	260
		24.840	24.840	37.198	37.198
		70.061	70.061	81.757	81.757
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(2.812)	(2.812)	(4.194)	(4.194)
Partes relacionadas - Notas de débito	2	(843)	(843)	(843)	(843)
		(3.655)	(3.655)	(5.037)	(5.037)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em dois níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.812	-	-	-	-	2.812
Passivo de arrendamento	5	10	49	101	-	165
Total	2.817	10	49	101	-	2.977

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobras no âmbito do Proinfra, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

20. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento mensal
367,02	02/02/2002	14/07/2030	28 anos	2% da Receita operacional

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Central Eólica Volta do Rio S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Volta do Rio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Volta do Rio S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

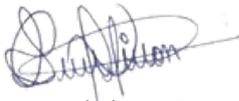
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Volta do Rio S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 2025.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025.

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro Fiscal

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro Fiscal

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal